

A questão feminina na Rússia e suas respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado

The woman question in Russia and its answers: analysis through the law of uneven and combined development

Thaiz Carvalho Senna*

Resumo

A necessidade do feminismo é uma questão em voga na contemporaneidade. Após diversas conquistas em prol da emancipação feminina, muitos argumentam que a igualdade entre homens e mulheres já foi conquistada. O mesmo ocorreu na Rússia Soviética. Após dezenas de medidas tomadas nesse sentido, o governo stalinista inferiu que a questão das mulheres já havia sido resolvida. Tal questão, que teve na Rússia diferentes respostas ao longo do tempo, passa hoje, mundialmente, pela mesma angústia: já teria sido ela solucionada? Nesse artigo, traçaremos brevemente a trajetória desse problema na Rússia, lugar em que respostas significativas foram dadas ao mesmo, para tentar chegar a essa conclusão.

Palavras-chave: História das mulheres; História da Rússia; questão feminina.

Abstract

The need for feminism is an ongoing debate nowadays. After several achievements in favor of women's emancipation, many argue that equality between men and women has been accomplished. The same happened in Soviet Russia. After dozens of measures taken in this direction, the Stalinist government inferred that women's issue had already been resolved. This question, which had different responses in Russia over the years, passes today, worldwide, for the same angst: would it have been resolved? In this article, we will trace briefly the history of this problem in Russia, a place where meaningful answers were given to it, to try to reach that conclusion.

Keywords: Women's history; Russia's history; woman question.

* Mestre em História Social pela UERJ.

Introdução. A questão feminina e sua atualidade

Na sociedade contemporânea, em que em diversas partes do globo, ondas conservadoras enfrentam-se com movimentos libertários, uma das questões que emergem é se o feminismo é necessário. De fato, como argumentam os críticos desse, muito já foi alcançado em relação às mulheres: no mundo ocidental, a grande maioria delas já trabalha; a pílula anticoncepcional já é uma realidade presente; o voto feminino é um direito em muitos países, tal como a possibilidade de eleger-se a cargos públicos; em grande parte do mundo, mulheres podem legalmente estudar em todos os níveis e áreas existentes; em diversas legislações, o divórcio é legalizado e, enquanto casadas, nenhuma mulher precisa obedecer a seu marido; há mulheres chefes de família, chefes de empresas, chefes de Estado; a igualdade legal é um direito em muitas constituições.

Por outro lado, como delineiam as feministas, ainda não se chegou à igualdade real e muito ainda há por fazer – inclusive em relação ao que já se conquistou. Após décadas de sua inserção no mercado de trabalho, muitas mulheres ainda ganham menos do que os homens, pelo mesmo trabalho e função. E muitos trabalhos e funções são negados a mulheres – e outros, em geral inferiorizados, legados somente a elas; muitas ainda têm o direito de trabalhar fora de casa negado por seus maridos. Após 56 anos do lançamento da pílula anticoncepcional, muitas mulheres não têm acesso informacional ou material a métodos contraceptivos, seja por motivo educacional, financeiro ou por imposição do companheiro. Após 96 anos do primeiro decreto de legalização do aborto, na Rússia Soviética, a prática abortiva é criminalizada em grande parte do mundo – inclusive na própria Rússia. Após 36 anos do lançamento de “*Um amor conquistado – o mito do amor materno*”, obra literária de Elizabeth Badinter, que demonstra que o amor maternal não é natural da mulher, as pressões para ser e por ser mãe ainda são colocadas, sem eco em relação aos pais. Após dois séculos das ações travadas pelas primeiras sufragistas, muitos países ainda não compreendem o voto como direito feminino, bem como nesses e em outros Estados, mulheres são inexistentes ou minorias enquanto representações políticas formais. Após 179 anos da primeira entrada feminina em uma universidade (em Ohio, Estados Unidos), muitas mulheres ainda não têm direito ao estudo; muitas não conseguem acoplar mais uma jornada às outras que já cumpre, por vezes sequer concluindo os níveis básicos; outras conseguem adentrar aos estudos universitários apenas em cadeiras consideradas inferiores no mercado de trabalho. Após 224 anos da sanção da lei que concedia o direito ao divórcio, na França Revolucionária, muitas mulheres ainda não conseguem usufruir desse direito, seja por Estados que ainda não o compreenderam, seja por maridos, que impõem suas vontades, por meio de violência física ou psicológica. Após 98 anos de a República Russa sancionar que nenhuma mulher tinha obrigação moral de seguir ou obedecer ao marido, a violência doméstica ainda é um dos principais problemas do mundo, matando milhares de

mulheres todos os anos. Após 99 anos da Rússia pós-revolucionária criar creches, restaurantes, refeitórios e lavanderias públicos e gratuitos, a grande maioria das mulheres no mundo precisam, ao mesmo tempo, cuidar de crianças, preparar refeições, lavar roupas e ainda trabalhar fora de casa; outras tantas são contratadas para realizar essas tarefas, para as que podem pagar por isso. Muitas mulheres são chefes de família – mas têm que se submeter a essas tantas jornadas concomitantes; várias, a muito custo, conseguem subir ao cargo de chefia – que muitas vezes vem acompanhado de assédio moral e desacato de subordinados; poucas, mesmo após anos de democracia em tantos Estados, conseguem ultrapassar todos os obstáculos e tornar-se chefe de governo – e mesmo assim, precisam confrontar-se com a fúria machista, que, inconformada, deseja a todo custo retomar para si o lugar de poder, ainda que custe o preço da democracia.

Dito isso, observa-se que, dado que a história não é uma linha reta, conquistas em prol da igualdade feminina ocorrem de modo desigual e combinado: em alguns lugares estão muito avançadas, em outros, praticamente inexitem; fazem-se presentes enquanto direitos formais, mas não no cotidiano; irrompem aos montes em alguns momentos históricos, e são fugidamente retirados em outros. Nesse sentido, quanto mais está acirrada a luta entre o conservadorismo e o libertarismo – efeito do próprio acirramento da luta de classes –, um pequeno empurrão pode virar um grande salto para frente, bem como um pequeno passo para trás pode evoluir para grandes retrocessos.

Era esse o cenário dado na Rússia revolucionária: no pós-revolução, dezenas de conquistas em prol das condições de sobrevivência das mulheres e da igualdade de gêneros foram colocadas. Tal fenômeno, é claro, não foi gratuito, mas sim, fruto da mais importante manifestação do desenvolvimento desigual e combinado (lei sintetizada por Novack (2008), enunciada primeiramente por Trotsky): os saltos progressivos na história. Esses se dão quando há uma tarefa que só pode ser cumprida com a utilização de métodos mais modernos do que aqueles disponíveis no contexto. Assim, por meio de uma pressão interna, a sociedade “atrasada” salta uma etapa para conseguir desenvolver suas potencialidades. No caso em questão, havia pelo menos duas tarefas democráticas a serem realizadas, que foram, ainda que muito superficialmente, alcançadas parcialmente pelas burguesias dos países desenvolvidos, mas que a frágil burguesia russa não conseguiu cumprir, quais sejam, a igualdade de direitos para as mulheres e a inserção dessas no mercado de trabalho; estava posta também uma tarefa de cunho socialista, que nenhuma burguesia poderia defender: a igualdade real entre os gêneros.

Os saltos históricos tornam-se inevitáveis porque os setores atrasados da sociedade enfrentam tarefas que só podem ser resolvidas com a utilização dos métodos mais modernos. Sob a pressão das condições externas, veem-se obrigados a saltar ou precipitar etapas da evolução que originalmente requerem um

período histórico inteiro para desenvolver as suas potencialidades (Novack, 2008, p. 70).

Dessa forma, conforme sintetiza Novack, há o que podemos chamar de “privilégio do atraso” das nações menos desenvolvidas: esse tem relação, justamente, com a presença dos elementos avançados que, diante dos povos ainda “retrógrados”, criam a visão de algo melhor do que as presentes condições (*ibidem*, p.69), já que os países “historicamente atrasados” têm “o poder de assimilar as coisas ou, dito melhor, em se obrigar a assimilá-las antes do prazo previsto, saltando por toda uma série etapas intermediárias’ (Trotsky, 2007, p. 20)

Porém, não é possível que um sistema possa pular etapas, que social e historicamente estão dadas de determinada forma, sem que haja contradições estruturais nos resultados. Portanto, uma problemática dos “longos saltos” é que eles se dão em um curtíssimo espaço de tempo. Sendo o próprio “privilégio dos retardatários” mutável, observamos que esse aspecto positivo, que ajudou a proporcionar a queima de etapas históricas, pode vir, no futuro, a prejudicar o avanço. Isso se deve ao fato de as novas tecnologias ou sistemas inovadores serem implantados em sociedades arcaicas. São as lacunas e desencaixes entre o velho e o novo que se combinam de forma desigual, que promovem contradições. Estas vêm em forma de permanências do sistema antigo – agora em novo contexto e sobre nova base social –, de forma que o novo não se desenvolve como em uma sociedade que passou por diversas etapas de desenvolvimento histórico, já que, como infere Trotsky,

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica, as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo, combinado [...]. Além disso, os países atrasados rebaixam sempre o valor das conquistas tomadas do estrangeiro ao assimilá-las à sua cultura mais primitiva. (Trotsky, 1997, p. 21)

Dessa forma, certas conquistas em prol da emancipação das mulheres soviéticas obtiveram sucesso prático, outras ficaram apenas no papel, outras ainda ficaram entre uma coisa e outra: era também o preço desse longo salto, que colocou elementos muito progressistas para uma sociedade muito retrógrada. Seja como for, o fato é que a imensa maioria dessas vitórias – algumas almejadas há décadas, pelos movimentos feminista, niilista e populista – foi acaçapada, em alguns poucos decretos, ao longo de poucos anos, ainda que não sem deixar vestígios.

A cartada decisiva foi dada quando da liquidação do Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Mulheres Camponesas do Partido Comunista. Esse,

também chamado de Jenotdel (aglutinação de *Jenskii Otdel*, departamento feminino), era um mecanismo duplo: ao mesmo tempo em que servia ao PC, aplicando e influenciando suas políticas junto às mulheres, também impulsionava as pressões das mulheres sobre o Estado (para mais, ver Senna, 2015). Apesar de existir há onze anos por meio de estruturas democráticas, como assembleias e congressos, o Jenotdel foi sumariamente extinguido em uma decisão de cima para baixo, provinda da direção partidária, à época.

Naquele janeiro de 1930, ainda era necessário justificar as decisões partidárias, ao invés de simplesmente ignorá-las ou escondê-las, e a justificativa para tal ato pode ser sintetizada com a frase de Joseph Stálin, a 5 de janeiro: “A questão histórica da mulher foi resolvida” (Stálin *apud* Voronin, 2003, p. 11). Tal assertiva, fundamentada na retórica stalinista, repleta de oximoros, fundamentou não apenas o fim do departamento das mulheres, mas também, o silenciamento de qualquer movimento, estudo, discurso, debate, decisão ou política em favor das mulheres, enquanto indivíduos pertencentes a esse gênero, até, pelo menos, o fim do governo de Stálin.

Todavia, isso não passava de retórica: a igualdade das mulheres para com os homens não havia sido alcançada. As mulheres soviéticas não estavam libertadas e mesmo os objetivos do Estado soviético para com as mulheres não haviam sido completados: as creches, restaurantes, lavanderias ainda não estavam completamente estabelecidos; as mulheres ainda não tinham igualdade salarial total; eram ainda presença minoritária na política; no próprio PC, elas estavam em menor número e, na direção do Partido, os dados mostravam-se ainda mais desequilibrados. Não, a questão das mulheres não havia sido findada. Pelo contrário: ela havia se tornado tão importante, que não podia ficar mais sob a responsabilidade das próprias mulheres, devendo ficar, então, sob responsabilidade da direção, uma direção masculina.

As consequências dessa retórica ultrapassaram em muito a simples conformação popular. A partir desse momento, foram progressivamente retirados quase todos os direitos femininos conquistados até então. Além disso, a *Nova Mulher*, tipo traçado pela comunista Aleksandra Kollontai em livro homônimo (1978), que teve seu ápice no período pós-outubro – isso é, a mulher livre, moderna, que podia, por causa do seu emprego, escolher não casar e ter filhos – foi paulatinamente sendo transformada pelo Estado em seu inverso: a mulher tradicional, submissa, casada e repleta de prole.

Pode-se observar, nesse sentido, que a pretensa resolução da questão feminina, enquanto essa ainda não tinha de fato sido solucionada, abriu margem para a mesma ser ausente das políticas concebidas e aceitas, o que desaguou não apenas em uma estagnação, mas em um retrocesso em relação à própria questão feminina. Acreditamos, assim, que essa supressão tem eco na discussão contemporânea sobre a necessidade da existência do feminismo – que, tal como o

ocorrido em 1930, pode decorrer em estagnação, caso a ideia de que tudo o que devia ser conquistado por meio desse movimento já foi feito. Tal discurso é, dessa forma, instrumento de dominação não só provindo do grupo dominante, como também, mecanismo de perpetuação da própria dominância – e nessa não estavam inscritos os direitos femininos. Se anteriormente havia disputa, após esse ato ficou claro que a defesa das questões colocadas como femininas jamais alcançariam a hegemonia em uma sociedade dirigida material e espiritualmente por homens.

Acreditando na importância do estudo do passado para a análise e transformação do presente, e considerando o acima dito, dispomo-nos a discorrer a seguir sobre a experiência russa em relação à chamada “questão feminina”, delineando sua origem e as primeiras respostas – feminista, niilista e populista –, a fim de traçar a trajetória e o lugar desse problema na sociedade russa; seu ápice, a resposta bolchevique – para demonstrar o que ocorreu quando há um projeto de emancipação feminina por parte do Estado; e sua (dis)solução, a resposta stalinista –, em que tentaremos comprovar a contemporaneidade de tal questão, que não foi solucionada nem na União Soviética e nem nos outros países; nem em 1930 e nem em 2016.

As origens da questão feminina na Rússia

O relaxamento da opressiva censura exercida ao tempo do *tsar* Nikolai I (1796-1855) deu origem a uma série de debates sobre a necessidade de reformas e sobre possíveis direções nas quais a Rússia poderia avançar. Nesse contexto, emergiu o que a *intelligentsia*¹ chamou de “questões quentes” ou “questões malditas”, que iam desde a reforma específica sugerida pelos liberais até problemas em relação a questões fundamentais da vida e da reorganização social, apresentados pelos radicais (Stites, 1976, p. 30). A “Questão da Mulher” (*jenskii voprós*) foi uma dessas questões, tomando forma, pela primeira vez, como um aspecto limitado em torno do problema da educação feminina, e depois se ampliando em grande escala, chegando a aspectos sobre habilidades e destino específicos das mulheres (*idem ibidem*).

Segundo Stites, o primeiro a iniciar o debate da questão feminina foi o educador e cirurgião Nikolai Pirogov. No início da Guerra da Crimeia, que durou de 1853 a 1856, ele perguntou à Elena Pávlovna, cunhada do *tsar* Nikolai I, sobre a possibilidade de enviar enfermeiras ao *front* e chamou a atenção para as capaci-

¹ A *intelligentsia* russa desse momento era um grupo de pessoas envolvidas em trabalhos intelectuais, caracterizado por uma postura de pensamento crítico e contrária ao poder vigente. Isaiah Berlin (1988, p. 126) a define como “a maior contribuição isolada russa à mudança social no mundo”, uma “ordem dedicada, quase como um sacerdócio secular, devotado à divulgação de uma atitude específica em relação à vida, algo como um Evangelho”, referindo-se ao caráter de fé (mas não religioso, apesar de nascido da religião), comum à sociedade russa e, especialmente, à *intelligentsia*.

dades da mulher e promoção do gênero feminino na vida pública sobressa atividade. Elena sugeriu que ele então supervisionasse a unidade de enfermeiras, pois, apesar de habilidosas, as mulheres deveriam ser dirigidas por um homem (*ibidem*, p. 31)

Após o fim da guerra, como expõe Stites, a humilhante derrota russa revelou as fraquezas essenciais de um sistema sociopolítico arcaico, obscurecido por uma “burocracia aparentemente eficiente” (*ibidem*, p. 29) As “feridas sociais da Rússia”, como a *intelligentsia* gostava de chamar, estavam abertas. Escreveu Elena Stackenschneider, uma jovem daquele período, em seu diário, em 1856: “Graças a Deus eles não falam mais de guerra; esse horrível tempo é passado. Todas as nossas feridas estão cicatrizando, exceto aquelas feridas que a guerra acaba de abrir e que a guerra em si não cura” (Stackenschneider, *Dnevnik i zapiski* [Moscow, 1934] *apud* STITES, 1976, p. 29) . Apesar de trazer à tona derrota e pessimismo, a exposição de tais feridas teve também um lado positivo. Escreveu Nikolai Dobroliúbov, jornalista e crítico literário, em 1857:

Há dois anos, a guerra nos convenceu do poder da educação europeia e das nossas próprias fraquezas. Como se tivéssemos despertado após um longo sono, ela abriu os nossos olhos para a nossa vida doméstica e social e nos fez entender que nem tudo estava bem com a gente. Entender isso foi mais difícil que, com notável consciência e sinceridade, começar a expor nossas feridas sociais. (Dobroliúbov *apud* Stites, 1976, p. 29²)

Desse modo, após a morte de Nikolai I (1855) e o fim da Guerra da Crimeia (1856), abriu-se um curioso horizonte na sociedade russa, marcado por pessimismo e esperança. Com ele, o pontapé inicial dado por Pigorov, no início da guerra, tomou força como problema social – a Questão Feminina é colocada, então, diante da sociedade.

Ao longo dos anos, algumas respostas foram dadas à questão feminina na Rússia. As principais delas foram a feminista, a niilista, a populista, a bolchevique e, por fim, a stalinista.

A resposta feminista

A primeira resposta dada a essa questão foi a feminista. Foi a que primeiro enunciou uma filosofia e iniciou ações específicas. Sua perspectiva era liberal e

² Todas as traduções desse artigo, em especial as provindas de língua russa, foram realizadas por mim, e orientadas pela Prof^a. Dr^a. Ekaterina Volkova, em meu trabalho no LABESTRAD-UFF (Laboratório de Tradução da Universidade Federal Fluminense), do qual sou bolsista até o presente momento e que, portanto, possibilitou a realização desse trabalho.

moderada; seu objetivo era uma reforma gradual, pacífica e legal do *status* da mulher, particularmente sua posição econômica e educacional, não atentando tanto para os problemas de sexo, família e casamento (Stites, 1976, p. 64). Constituiu, em suma, uma saída reformista para o problema feminino. Suas principais lutas giraram em torno da filantropia e da educação universitária, conseguindo considerável sucesso em relação ao último, tendo fundado um sistema de educação superior feminino em São Petersburgo.

O economista britânico John Stuart Mill, ao se corresponder com uma das feministas (M. Trúbnikova) e ouvir dela sobre a luta que as feministas travavam pelo ensino superior feminino, renunciou que a Rússia poderia “provar que uma nação relativamente pouco civilizada agarra as grandes ideias de melhoria mais cedo que as mais velhas” (Mill *Subjection of Woman* [1969] *apud* Stites, 1976, p. 73). Foi exatamente o que ocorreu.

Se a história fosse guiada por uma linha reta, as diversas nações mais desenvolvidas deveriam colocar suas mulheres para estudar muito antes que o atrasado e semifeudal Império Russo. Mais do que simples desenvolvimento econômico, a Rússia era extremamente atrasada em relação aos próprios direitos femininos – em sua constituição tsarista, era previsto que a mulher deveria obedecer e seguir o marido, por exemplo. Mulheres não tinham o *status* de cidadãs e, em muitos aspectos, sua condição equivalia à de escrava. No entanto, foi nessa mesma Rússia que apareceu um movimento que obrigou a aceitação da presença feminina nas universidades, ao lado dos homens. Mais do que isso, esse movimento foi feito justamente por um dos tipos mais oprimidos pelos estatutos sociais – as próprias mulheres. Acreditamos que essa contradição tenha se dado exatamente por conta do atraso russo frente às outras nações: tal como a derrota na Crimeia colocou a população numa situação ainda pior do que a anterior e, com isso, criou uma insatisfação que só foi gerada por conta da situação limítrofe em que acreditavam estar, inclusive em relação ao atraso feminino; nessas condições, a luta pela emancipação das mulheres ganhou terreno. Os principais movimentos da década de 1860 não poderiam ter a bandeira de um nobre, por exemplo, pois os nobres russos não estavam, mesmo com a derrota na Crimeia, em uma situação ruim frente aos outros grupos. Do mesmo modo, também não poderiam ser movimentos “masculinos”. Como colocou o próprio Mill em sua obra, “Ninguém crê que seja necessário fazer uma lei para que só homens de braços fortes sejam ferreiros” (*ibidem*, p. 73) – justamente porque só homens, e em geral de braços fortes, eram ferreiros. Do mesmo modo, vemos na Rússia, de 1860 a 1917, que as maiores manifestações, conseqüentemente, eram as dos mais marginalizados socialmente – mulheres³ e proletários. Em alguns mo-

³ Entendemos aqui movimentos que trabalharemos a seguir que, apesar de não serem feministas, tiveram a causa feminina e/ou as mulheres como um dos grandes expoentes.

mentos, os militantes produziram saltos de desenvolvimento, não apenas em sua própria situação, mas também, em relação às outras nações – como foi o caso da conquista da universidade mista ou da Revolução de Outubro.

Além das lutas cotidianas das feministas pela vitória tratada, Richard Stites atenta sobre outras duas conduções que contribuíram para ela: o clima favorável da opinião pública, que favorecia a causa; e o medo do governo de que as mulheres fossem para o exterior e voltassem “infectadas com radicalismo” (Stites, 1976, p. 77). Não demoraria muito para que as mulheres não mais precisassem ir ao exterior para se “infectarem” dessa forma.

A resposta niilista

O termo niilista, ou niilismo, apesar de ter marcado a história e ter sido reivindicado mesmo pelos niilistas, para alguns autores, não caracteriza exatamente esse grupo, pois aparenta, pejorativamente, que os niilistas não tinham nenhuma convicção, dado seu radical *nihil*, do latim “nada”. Pelo contrário: os niilistas eram um grupo difuso de pessoas efusivamente engajadas em suas próprias certezas e princípios, observadas em associações, periódicos (como a revista *Sovremiennik* [O Contemporâneo, criada pelo grande poeta russo Aleksandr Púshkin], na qual colaboraram importantes figuras, como Dobroliúbov e o próprio Tchernichévski) e obras literárias. Stites define o niilismo como “não tanto um corpus de crenças e programas, quanto um conjunto de atitudes e valores sociais e de efeitos comportamentais formais - maneiras, vestido, padrões de amizade. Em suma, foi um *ethos*” (*ibidem*, p.100).

O movimento niilista, contestador da ordem instaurada no momento, dos conceitos vigentes e do velho pensamento, tomou a desigualdade entre os sexos como um desses aspectos retrógrados a serem combatidos. O futuro menchevique Liev Deutsch, em sua análise do movimento niilista, ajuda-nos a entender esse processo: “Por rejeitar os costumes obsoletos, por se levantar contra as concepções, opiniões e preconceitos irracionais, e por rejeitar a autoridade e qualquer coisa parecida com isso, o niilismo definiu a seu modo a ideia da igualdade de todas as pessoas, sem distinção” (Deutsch, *Rol Evrei v rússkom revolyutsiónnom dvijénii* [Moscou, 1926] *apud* Stites, 1976, p. 100). Deutsch acrescenta a relação que teve, então, essa filosofia com a questão feminina que, iniciada pelas feministas russas, ganhou uma forma mais prática e transformadora ou, como coloca Stites,

Se as feministas queriam mudar peças do mundo, as niilistas queriam mudar o mundo em si [...] As feministas queriam uma melhora moderada da condição da mulher, especialmente em relação à educação e a oportunidades de emprego, assumindo que seu papel na família

melhoraria à medida que se expandisse. As niilistas insistiam na total liberação do jugo da família tradicional, ambas como irmãs e como esposas, liberdade sexual – em suma, emancipação pessoal (Stites, 1976, p. 101).

Deutsch aponta a questão feminina presente no niilismo, então, reparando, curiosamente, em um desenvolvimento que se dá, ao mesmo tempo, de forma desigual e combinada:

Ao niilismo, aliás, a Rússia deve o fato bem conhecido e notável que *em nosso país, culturalmente atrasado, as mulheres começaram, mais cedo do que em Estados mais civilizados*, a ter acesso ao ensino superior e à igualdade de direitos – um fato que já (a partir de 1826) teve enorme significado e que no futuro irá, obviamente, desempenhar um grande papel no destino de um país e, até mesmo, de todo o mundo civilizado (Deutsch *apud* Stites, 1976, p. 101; grifo nosso).

Como se vê, Deutsch entende o fenômeno niilista como tendo ajudado ao salto dado pelas mulheres russas e, de algum modo, por ele profetizado. De fato, no futuro, tal progressividade em relação à emancipação feminina desempenhou grande papel no destino russo, tendo não apenas importado isso de seu passado e do de outros países (como a França), mas também exportado, para outros lugares, formatos importantes de luta e emancipação feminina.

A relação com o feminino, tal como tudo o que construíram os niilistas, assim, foi baseada na negação das ideias em voga até então – inclusive em relação à participação feminina, já que o dezembrismo⁴ e os movimentos de 1830 e 1840 eram “coisas de homem” (Stites, 1976, p. 116) contrapostas às certezas em vigor até então, que eram por eles negadas.

Uma das respostas mais objetivas dada pelo niilismo à questão feminina foi mostrada pela obra de Nikolai Tchenichévski, cujo título refletia as preocupações da época: “*O que fazer*” [1861] (2015). O romance conta a história da personagem fictícia Vera Pávlovna, uma jovem que atravessa uma jornada de amadurecimento e libertação, buscando seu próprio caminho e, também, tentando ajudar as “irmãs” a achar os delas. Ela protagoniza questões como o autoritarismo dos pais, casamentos incompatíveis, amores conflitantes e o caminho para a vida plena e

⁴ Movimento de cunho liberal, formado por homens, em geral nobres que lideraram protestos contra a coroação do *tsar* Nikolai I, após a abdicação de seu irmão mais velho, príncipe Konstantin, em dezembro de 1825 (daí o nome dezembristas). Essa inconfidência foi, em parte, porque esses homens não se sentiam parte do próprio país, sentiam-se estrangeiros, exigindo a transformação da monarquia absolutista em monarquia constitucional. Os manifestantes queriam, assim, fazer a Revolução Liberal na Rússia, tal como havia acontecido na França e em outros locais, modernizando-a e europeizando-a. Para mais, cf. Nechkina (1977).

realizada. Por conta da organização feminina igualitária que cria na fábrica em que trabalha, Stites considera Vera a “predecessora ficcional das organizadoras do Jenotdel que, sessenta anos depois, iria usar técnicas similares para ‘eivar a consciência’ em toda a amplitude da República Soviética” (Stites, 1976, p. 116). Vera Pávlovna era a *Nova Mulher* – não apenas para os moldes de 1860, mas também para os da *intelligentsia* da década seguinte (que adotou oficialmente a síntese de Tchernichévski – irmãos liberando irmãs, mulheres liberando mulheres, liberdade de escolher o amor e o casamento, trabalho cooperativo e vida comunitária para ambos os sexos, desenvolvimento completo da mente e da personalidade das mulheres). Vera era a *Nova Mulher* também de Kollontai, que retoma a personagem em seu livro homônimo em 1919. A obra de Tchernichévski, portanto, não teve relações apenas casuais com a futura sociedade soviética, com a condição das mulheres na mesma – como nos mostra a própria obra de Lenin de 1902, que, em seu título, homenageia o livro de Tchernichévski, de quem era admirador.

A resposta populista

Em 1870, escrito por Serguei Netcháiev e distribuído pela Rússia por Varvara Aleksándrovskaja, é lançado o manifesto “Da Sociedade Revolucionária Russa para as Mulheres”. Ele expunha a posição ignorante e subserviente em que as mulheres jaziam na Rússia patriarcal, envolta pelas leis impostas, a família jurídica e a propriedade privada. Além disso, relacionava tal subjugação feminina à dos trabalhadores, afirmando que a única solução para tal problema se dava por meio da revolução social, quando as fábricas estivessem nas mãos das associações de produtores de ambos os sexos. Somente nesse cenário as mulheres conseguiriam a igualdade (Gamblin, 1999, p.79). Com tal argumentação, o panfleto apelava às mulheres para que assumissem uma parte tal qual a do homem na luta revolucionária (*ibidem*, p. 74). Aleksándrovskaja foi presa por distribuí-lo. Esse panfleto foi a primeira resposta pública radical, distinta tanto do feminismo quanto do niilismo, para a questão da mulher (Stites, 1976, p. 124).

O movimento populista⁵ foi um amplo movimento radical que se inicia,

⁵ Sobre o termo “populista”, Huguenin (2013) nos explica que “Os termos *narodnik* (populista) e *narodnitchestvo* (populismo) surgiram e se afirmaram na Rússia em meados dos anos 1870, designando, então, uma geração específica do movimento revolucionário do país, aquela dos anos 1870, que ‘foi ao povo’, ensinar e aprender com os mujiques” (Pipes, 1964 *apud* Huguenin, 2013). Nos anos seguintes, porém, o termo passou a designar todas as correntes revolucionárias russas anteriores ao marxismo. Franco Venturi aponta a geração revolucionária dos anos 1870 como herdeira do pensamento político e social das gerações que a precederam, existindo, segundo ele, uma relação de identidade que agrega, no que podemos designar pelo termo “populismo”, a *intelligentsia* russa desde os anos 1820 até os anos 1880. Segundo o autor, “todo o movimento revolucionário do século XIX, desde os dezembristas e antes dos marxistas – isto é, todo o populismo russo”, deve ser visto em conjunto, como “uma corrente que apesar de suas diferenças e lutas internas conservava uma unidade própria e uma continuidade”, ou, enfim, como “uma única peripécia humana, em seu nascimento, desenvolvimento e trágico final”. (Venturi, 1975, p. 11).

como o niilismo, durante a efervescência social e intelectual que se segue à morte do *tsar* Nikolai I, tendo seu auge de fama e influência com o assassinato de seu filho⁶, Aleksandr II (Berlin, 1988, p. 214). Apesar de não ser um grupo coeso, às vezes agindo de forma isolada, como argumenta Berlin, os grupos populistas “partilhavam de crenças fundamentais e possuíam suficiente solidariedade moral e política que permitem considerá-los como um movimento único” (*idem ibidem*). Nesse sentido, é necessário ressaltar uma diferença para com o niilismo: se o último, teoricamente e, em alguns casos, na prática, entendia como possível uma saída individual para a libertação e, também, para as mulheres, isso não se dá com o populismo. Para esse, a saída é coletiva, social e classista, só realizada a partir do movimento e da revolução social, tendo como objetivo o povo no poder e como sujeito social o trabalhador.

Dentre os problemas aos quais o populismo contrapunha-se estava a questão feminina. Essa estava, segundo tal movimento, subjugada à “questão humana”. Esse tipo de etapismo, muito para além de representar o pragmatismo stalinista que ocorreria posteriormente em relação às mulheres, fazia uma equação não original, mas bastante importante para uma sociedade que considerava a *baba*⁷ um ser não-humano⁸.

A questão feminina no pós-revolução

Percebe-se que considerar haver uma Questão da Mulher acabou por significar a compreensão de que há especificidades próprias do gênero feminino, seja por aspectos biológicos, seja por aspectos socialmente construídos, que devem ser consideradas ao se pensarem as políticas públicas já que, só assim, haveria possibilidade de igualdade para com os homens, não detentores dessas especificidades e para os quais a sociedade é, historicamente, moldada.

A herança que todas essas personagens, históricas ou literárias, deixaram para as mulheres futuras, fossem nas que se organizaram em sessões feministas, como o Jenotdel, ou nas que viraram médicas e engenheiras, foi de que a sociedade russa não podia mais existir sem considerar a existência feminina, a existência da *Nova Mulher*. Os netos das gerações de 1860 e 1870, filhos dos movi-

⁶ Tal feito foi realizado a 13 de Março de 1881, pelas mãos de Nikolai Risakov, membro do grupo populista terrorista Vontade do Povo, do qual falaremos mais à frente.

⁷ O termo *baba* tem múltiplas conotações, significando a mulher camponesa ou as mulheres em geral, mas carregando, para os russos que viviam o momento pós-revolucionário, um sentido negativo, de atraso e inferioridade, bem como a imagem visual associada a esse termo. *Baba* é a mulher sem estudo, pobre, ignorante, “atrasada” política, cultural e socialmente. Aqui, faço referência a um conhecido provérbio russo da época: “um frango não é um pássaro e uma baba não é um humano.”

⁸ Por não termos acesso ao documento, apenas a sua releitura pelos autores, não sabemos se esse propõe que nada deve ser feito em relação à emancipação feminina até que aconteça a revolução social, porém, dada as práticas do grupo produtor do panfleto, acreditamos que isso seja implausível.

mentos marxistas iniciais, darão à Questão Feminina uma nova resposta: a resposta bolchevique.

Se é possível dizer que houve um ápice da questão feminina na Rússia, ela adveio no período logo após a Revolução de Outubro. Isso ocorreu, inicialmente, pelo entendimento da direção e das mulheres do PC de que era necessário considerar essa herança na nova sociedade a ser construída – fosse pelas pressões já existentes na sociedade quanto a isso, fosse pela real percepção de que o comunismo e, portanto, a igualdade, só poderiam ser alcançados quando os dois sexos estivessem em paridade, bem como ambos estivessem contribuindo para o novo sistema econômico, como é sintetizado na fala do líder bolchevique, Vladimir Lenin: “Enquanto as mulheres não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo, nem sequer democracia integral e durável” (Lenin, 1947).

As conquistas da revolução soviética quanto à questão feminina ultrapassam seu tempo histórico. Parte delas até hoje ainda não é universal. Algumas são realizadas em poucos lugares. Muitas são reivindicações contemporâneas das feministas da atualidade. Tomando como exemplo as elaborações legais, temos, logo na primeira constituição soviética, a “Igualdade de direitos entre todos(as) os(as) trabalhadores(as) soviéticos” (RSFSR, Constituição soviética, 1918, Capítulo V, artigo 22). Nela há também o direito de se eleger e de ser eleito nos soviets, independentemente de *sexo*, *raça*, *religião* ou *nacionalidade* (*ibidem*, Capítulo XIII, artigo 64; grifo nosso), e a obrigação do trabalho (fora de casa) a todos os membros sem distinção (*ibidem*, Capítulo II, artigo, 3). Para mulheres que antes jaziam em condições muito piores do que as dos outros Estados europeus, dada a natureza misógina e retrógrada do regime monárquico tsarista; que não tinham diversos direitos já adquiridos há anos em outros países; que tinham chicotes em seus leitos, para que o marido a castigasse, se assim desejado⁹; que estavam entranhadas em lógicas religiosas e legais que a julgavam inferior, tais medidas eram um salto gigantesco.

Mas as mulheres, alçadas na ampla efusão de transformações sociais, conseguiram transcender o possível. Com o *Código do Casamento, família e tutela* (1918), muitas conquistas históricas foram legisladas: a liberdade de um cônjuge seguir o outro apenas se assim o desejasse (RSFSR, CÓDIGO do Casamento..., 1918, Seção II, Capítulo I, artigo 104), quando anteriormente as mulheres eram legalmente obrigadas a seguirem seus maridos; o processo de divórcio direto e independente do mútuo consentimento (*idem ibidem*), o que livrava as

⁹ Era uma prática tradicional, principalmente no campo, presentear os noivos com chicotes, para que eles castigassem suas esposas. Esses eram colocados ao lado da cama, antes da noite de núpcias (ORR, 2009).

mulheres de uma relação em que ela não quisesse mais estar, mas o marido ainda insistisse, não permitisse a separação ou, simplesmente, não comparecesse no ato do divórcio para concretizá-lo; o estabelecimento de pensão alimentícia, para ambos os sexos, em caso de divórcio em que um dos dois não estivesse em condições de se manter (*ibidem*, Seção II, Capítulo V, artigo 107), medida que, apesar de ser claramente direcionada às condições femininas – dado que as mulheres eram maioria das demitidas ou desempregadas – fazia jus à teoria igualitária; a igualdade das crianças legítimas e ilegítimas (*ibidem*, Seção III, Capítulo I, Artigo 133, nota 1), acabando com a histórica marginalização de crianças e mães de crianças nascidas fora do casamento.

Uma terceira leva de leis que favoreciam mulheres é dada por decretos menos amplos, como o “Sobre Casamento Civil, Crianças e Introdução do Livro de Registros”, de dezembro de 1917, que institui o casamento civil; o “Sobre a saúde da mulher”, de outubro de 1920, que estabeleceu a licença-maternidade – paga pelo Estado – antes e depois do nascimento da criança, legalizou o aborto – indicando que tal prática deveria ser oferecida pelo Estado – e legislou sobre a proteção das mulheres e do trabalho infantil, indicando que tais sujeitos deveriam ser excluídos de postos de trabalho considerados pesados ou perigosos; o decreto Sobre os salários dos trabalhadores e empregados em instituições soviéticas, de setembro de 1918, que institui o salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo; e os Decretos de 1924, que instruíram que as demissões, quando houvesse, fossem proporcionais entre homens e mulheres, proibiram a demissão de mulheres grávidas e lactantes, deram prioridade de permanência no emprego a mulheres com filhos até 1 ano e vetaram a retirada de mulheres solteiras dos alojamentos. Por fim, nas Teses da Internacional Comunista para o Trabalho entre as Mulheres, de 1921, formalizou-se a instituição do Jenotdel e a criação de creches, refeitórios, enfermarias e lavanderias coletivas e públicas – uma tentativa transgressora de transformar o trabalho doméstico historicamente feminino em público e estatal, já que, como pontuou Trotsky, “Não se pode seriamente considerar a igualdade, social ou política, até que a mulher esteja presa ao trabalho doméstico da família, da cozinha, da lavanderia, pois nesse caso toda a sua participação na vida social estaria condenada” (Trotsky, 1994, p. 22).

Como se percebe, algumas das principais documentações, como a Constituição ou o Código da Família, não nomeiam diretamente as mulheres como sujeitos únicos detentores daqueles direitos. Ao mesmo tempo, vê-se que grande parte deles apenas existiu por causa das situações inferiores em que se encontravam as mulheres anteriormente. Dessa forma, entende-se que as transformações legislativas foram uma das formas do novo governo responder à questão feminina – e as soluções apresentadas foram, de fato, progressivas para situação das mulheres.

Entretanto, como já delineado, longos saltos pressupõem problemas estruturais. Aplicando isso às mudanças citadas, observa-se que contradições eram

inevitáveis a esse processo. Nem todas essas medidas foram colocadas em prática de forma completa, algumas eram desobedecidas, mesmo pelo próprio governo, outras tomavam nova forma ao ir para a prática: é o que se vê, por exemplo, com a oferta da cirurgia abortiva. Sendo a República Soviética recém-criada, com poucos recursos e sem experiência em determinados campos, esse grande salto que foi legalizar e oferecer a prática, pioneira no mundo, veio acompanhado de problemas que, talvez, em sociedades mais desenvolvidas, não ocorreriam – como a incapacidade de abarcar a ampla demanda (sem cair em divisões), como a hierarquia (por exemplo, ao conceder o direito primeiro às solteiras e depois às casadas) ou a criminalização de parteiras não especializadas (*babka*), ainda que o próprio Estado, sozinho, não desse conta de oferecer a prática.

Apesar dos paradoxos, no primeiro momento do pós-revolução, a questão feminina tentava ser respondida honestamente, em conjunto com o bolchevismo e a construção da nova república. Resguardadas as contradições, o discurso oficial proferia que a mulher deveria ser igual ao homem, ambos trabalhadores e construtores da nova república – isso é, participantes ativos nos campos econômico, político e social.

Contudo, após alguns fatos específicos, como a morte de Vladímir Lenin e a ascensão de Joseph Stálin ao poder, a burocratização estatal, a progressiva exclusão de todo elemento que se comportava como obstáculo ao regime stalinista – isso é, todo aspecto que ainda resguardava em si alguma liberdade, tal como o Jenotdel, por exemplo –, o retrocesso em relação à questão feminina toma de assalto o contexto.

“A questão feminina foi resolvida”: dissolução como solução

Qualquer esforço havido anteriormente para transformar o lugar social e político das mulheres, na tentativa de passar as tarefas históricas delas para o Estado, de devolver a si as decisões sobre seu corpo, de facilitar a libertação em relação ao esposo, de minimizar suas responsabilidades em relação aos filhos e à família, acabou e, em seu lugar, iniciou-se um processo que seguia em vias contrárias a esses movimentos. Em 1936, o aborto é proibido. No mesmo ano, o divórcio complexifica-se e, em 1944, ele é apenas realizado juridicamente, como nos países ocidentais. Em 1934, a homossexualidade é novamente criminalizada. Como disse Trotsky, em sua análise da Revolução Russa (quase vinte anos depois):

A legislação do casamento, instituída pela Revolução de Outubro, e que foi, no seu tempo, um objeto de legítimo orgulho para a revolução, está transformada e desfigurada por largos empréstimos do tesouro legislativo dos países burgueses. Tal como se pretendesse juntar o ridículo à traição, os mesmos argumentos que outrora serviram para

defender a liberdade incondicional ao aborto e ao divórcio – “a emancipação da mulher”, a “defesa dos direitos a pessoa”, a “proteção da maternidade” – hoje são retomadas para limitar ou proibir um e outro (Trotsky, 2005, p. 153).

Ainda em 1934, o realismo socialista é instaurado: as mulheres tornavam-se, então, ainda mais iguais aos homens, e nada era necessário de ser mudado, posto que tudo estava sempre em perfeita ordem. Como propõe novamente Trotsky, retomando a filosofia da Antiguidade, “o conflito é pai de todas as coisas. Onde o choque das ideias é impossível, não poderá haver criação de novos valores” (*ibidem*, p. 143).

A partir dessa contrarrevolução, um movimento interessante, ainda que totalmente estrutural, acontece: a reação reaparece, mas não como em sua primeira forma, anterior à revolução, mas com aspectos desiguais, combinados aos de antes, e potencializados em seu retrocesso.

Esse movimento dialético faz-se presente desde o momento o qual caracterizamos, no início desse texto, como um marco inicial do fim do projeto de emancipação feminina pelo Estado: a dissolução do Jenotdel, justificada pelo discurso de que a questão da mulher tinha sido resolvida. Com isso, tal questão não voltava para o patamar equivalente de antes de ser considerada formalmente, isso é, antes da revolução e da criação do Departamento de Mulheres – em certo sentido, tal problema toma o caráter ainda mais distante de ser solucionado: a partir do discurso de Stálin, as conquistas relacionadas às mulheres, realizadas na década de 1920, perdem seu motivo de existir, já que eram feitas em prol da condição feminina e, a partir de 1930, a mulher não precisa mais ser especificada como sujeito oprimido – logo, tudo o que foi feito em relação a essa especificidade não tem razão de existência. Ao mesmo tempo, tudo o que faltou resolver em relação a essa questão não apenas não será feito, mas também não poderá ser discutido, dado que a justificativa para qualquer futuro argumento, já estava dada: a igualdade entre homens e mulheres já havia sido completamente alcançada.

Dessa forma, o retorno da “antiga mulher” – isso é, os ideais de maternidade, necessidade de um marido para protegê-la, a idealização do casamento, a necessidade de ser boa mãe e boa filha – é concebido não da mesma forma que existia antes da revolução, mas de um modo potencializado: eram novas-antigas mulheres. Seu lugar na família e sociedade não foi apenas restaurado, mas vangloriado, idealizado e recompensado.

As mães que no período pré-revolucionário simplesmente pariam muitos filhos, por motivos contextuais; que no período revolucionário tiveram suas vidas descentralizadas do ato de parir e cuidar dos filhos, através da criação de creches, da legalização do aborto e demais campanhas; agora, no regime stalinista, recebiam medalhas e eram consideradas heroínas nacionais se atingissem

determinada cota de filhos. Em julho de 1944, o Soviete Supremo da URSS aprovou um decreto destinado a aumentar os auxílios estatais para as mulheres grávidas, para as famílias numerosas e para as mães solteiras, e criou o título honorário “Mãe heroína”, o prêmio “Pais Gloriosos” e a “Medalha da Maternidade”, como vemos na imagem abaixo:



À MÃE-HEROÍNA. 1944. Disponível em: <http://www.timolod.ru/centers/imeni_chehova/?p=1912>. Tradução: À camarada Aleksákhina Anna Saviélievna. O presidio do Soviete Supremo da URSS, por meio de seu decreto, de 27 de outubro do ano de 1944, atribui-lhe, a mãe que deu à luz e criou doze filhos, um título honorário de “MÃE-HEROÍNA”; Presidente do Presidium do Conselho Supremo da URSS; Secretário do Presidium do do Conselho Supremo da URSS; À Esquerda: UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS; Medalha: Mãe-heroína.

O mesmo que Marx coloca sobre Napoleão III¹⁰ podemos dizer quanto ao papel da mulher na União Soviética: a história aparece primeiro como tragédia e depois se repete como farsa. O stalinismo busca repetir propositalmente atos do mundo russo pré-revolucionário, como mulheres que desconheciam as instituições trazidas pela revolução – como a descriminalização do aborto e a descentralização da família, e por esses e por vários outros motivos pariam muitos filhos.

¹⁰ Refiro-me à passagem em que, ao comparar as situações de Napoleão Bonaparte e seu sobrinho, Napoleão III, Marx infere: “Hegel observa algures que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem, por assim dizer, duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia e a outra como farsa” (Marx, 2008, p. 207).

Eles, o mundo doméstico e a casa eram seu único universo possível: a tragédia de um ser humano que não tem acesso aos ambientes onde se tomam as decisões sobre toda a sociedade. Por outro lado, como lembra Marx, a história não pode acontecer duas vezes da mesma forma em dois tempos diferentes. As mulheres soviéticas, mesmo tendo passado por tantas mudanças, agora eram submetidas a aspectos que tentavam repetir propositalmente o mundo anterior e que “tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para com esse disfarce de velhice venerável emprestada, representar a nova cena da história universal”: medalhas, títulos, e outros elementos até então fora de moda, combinam-se então com o velho aspecto positivizado da maternidade, que volta à tona de forma distorcida, exagerada, risível – uma farsa. Esse foco centrado nas mulheres soviéticas e em suas funções ditas naturais comprova, mais uma vez, que a questão das mulheres não havia sido findada – ao menos, não nos aspectos que importavam ao Estado. Como lembra Trotsky:

Em vez de se dizer: ‘Nós fomos muito pobres e muito incultos para estabelecer relações socialistas entre os homens, mas os nossos filhos e a posterioridade o farão’, os chefes do regime colaram novamente os pedaços da família e impuseram, de novo, sob a ameaça do máximo rigor, o dogma da família, fundamento sagrado do socialismo triunfante (Trotsky, 2005, p. 152).

O legado da luta pela emancipação feminina russa

No entanto, em um movimento desigual e combinado, tal qual foi o da tentativa de emancipação feminina na Rússia Soviética, mesmo após o processo formal ter sido concluído, elementos permanecem. No caso de um regime tão fechado e agressivo como foi a ditadura stalinista, o que conseguiu permanecer foi algo que, por mais revolucionário que fosse, importava para a consolidação do regime: é uma dupla face que acopla, concomitantemente, a resistência e a adaptação. Na nova constituição (1936), por exemplo, ao contrário da primeira (1918), a mulher era lembrada de forma explícita (apesar do discurso dizer que a questão feminina havia sido solucionada):

Artigo 122 — Às mulheres na URSS são concedidos direitos iguais ao homem, em todas as esferas da economia e da vida do Estado, cultural, política e socialmente.

O gozo desses direitos é assegurado pela concessão à mulher do direito ao trabalho como ao homem, com o mesmo salário, e com todos os direitos de descanso, seguro social e educacional e pela proteção do Estado aos interesses da mãe e da criança, descanso durante a gravidez, assistência em maternidade, enfermarias e creches.

Artigo 137 — As mulheres têm o direito de elegerem e serem eleitas em condições iguais aos homens (Ludwig, 1936).

Um segundo aspecto, mais possível de se confirmar, foi em relação à economia. Se, em nenhum momento, o regime soviético considerou colocar homens para realizar, conjuntamente com as mulheres, o trabalho doméstico, o contrário aconteceu de forma incisiva e, inclusive, aprimorou-se mesmo após a década de 1930, em direção à igualdade entre os sexos. Em uma entrevista, a russa Valentina Terechkova, que havia crescido na União Soviética, relatou que seu sonho de infância era ser maquinista de trem (Folha, set. 2015). É um sonho improvável para a maioria das meninas do mundo oriental e até mesmo ocidental, mesmo nos dias de hoje. Não por acaso, a imensa maioria de maquinistas de trem é composta por homens. Na URSS, de fato, também a maioria dos que ocupavam esse tipo de função de direção também era masculina. Mas sonhar parecia ser mais possível. Valentina Terechkova cresceu e tornou-se a primeira mulher a ser astronauta e viajar ao espaço (a título de comparação, a primeira mulher não soviética cometeu o mesmo feito apenas em 1983 – a americana Sally Ride; o primeiro homem soviético havia ido ao espaço dois anos antes de Valentina: Yuri Gagárin, em 1961). Mulheres motoristas de ônibus, caminhões, trens e até naves espaciais pulularam na União Soviética. Mulheres médicas, e não apenas enfermeiras; mulheres professoras, e não apenas do ensino primário; mulheres com cargos que, historicamente, não ocupam; com funções que, historicamente, pertencem aos homens.

O sonho das meninas soviéticas, contraditoriamente à propaganda massificadora do Estado, ia e podia ir além de casar e ser mãe. A história havia combinado a imagem doméstica, maternal e de submissão ao marido, tão comum na Rússia tsarista, a um cenário em que as mulheres podiam e deviam comparecer às fábricas, em funções em nada relacionadas com a domesticidade e a submissão, mas sim, com o poder, o domínio, o controle de algum conhecimento, máquina, automóvel ou situação.

No entanto, essa contradição era combinada de forma desigual. As mulheres, apesar de participarem desses meios antes impensados, não apenas participavam em um número muito menor, como também, em considerável parte das vezes, em formatos inferiores aos homens. Para clarificar tal contradição, podemos citar o relato da professora Marly Viana, constante em uma entrevista nossa com a mesma. Relembrando sua ida à URSS, durante a década de 1960, quando era militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), Viana esclarece uma divisão ocorrida na Medicina, que possivelmente se repetia também em diversas áreas. Diz ela:

Tem uma **medicina** fantástica, que está lá na cúpula, e tem uma péssima, que **corresponde** à grande maioria da Medicina. **Nessa**, grande

maioria eram mulheres. Porém, você não encontrava um *doctor* [como eram conhecidos os médicos **que tinham doutorado**] que fosse mulher. [...] Uma vez eu fui à médica e perguntei para ela porque com os títulos mais altos só havia homens. Ela disse: “É muito fácil responder. Eu trabalho de 8 às 5, quando termino, vou para a creche pegar os filhos, vou para o armazém comprar comida, lavo roupa. Meu marido [um *doctor*] chega em casa e vai estudar”. (Viana, 2015)

Costurado de forma a aparência parecer igual à essência, havia um enorme número de mulheres médicas na União Soviética. No entanto, eram médicas técnica e profissionalmente inferiores aos “*doctors*”, todos homens. Além disso, a igualdade prevista em lei, mesmo nessa permanência positiva das mulheres no mercado de trabalho, caía por terra: como fica patente na fala da mulher soviética médica exposta na entrevista citada acima – ela chegava em casa do trabalho e precisava fazer compras, cuidar das crianças, lavar roupas e fazer comida, já o seu marido, não. Era a dupla jornada feminina de volta e de forma explícita. Como poderia ser diferente, afinal, se mulheres com 7 ou 8 filhos tinham que estudar e trabalhar? Não seria, com certeza, em condições iguais às do homem, como também percebe a moscovita Nina Erchova, em uma carta que envia ao Pravda, periódico soviético, em 1936:

Se uma mãe tem sete crianças, uma tem que ser enviada à escola, outra ao jardim de infância, a terceira à creche; e então, à noite, a mãe tem que pegar todas elas, dá-lhes a ceia, colocar suas roupas, pô-las na cama... Bem, então, que a mãe não tem muito tempo para o trabalho – na verdade, ela não tem nem um minuto para si mesma. Isso claramente significa que a mulher será inábil para tomar parte na vida pública, inábil para o trabalho... (Pravda, 1936 *apud* Armstrong, 2012, p. 9).

Como se vê, mesmo os pontos positivos que permaneceram, e até se intensificaram, inserem-se em um contexto de retrocesso agudo com relação à emancipação das mulheres e à igualdade entre os gêneros, resultando num cenário ambíguo. A mulher sob o stalinismo tinha os elementos materiais para ser a *Nova Mulher* de Kollontai, dado que trabalhava fora de casa, mas não o podia ser.

Essa permanência, é claro, não foi gratuita. Por um lado, podemos resgatar as próprias raízes feministas, niilistas e populistas da emancipação feminina na Rússia que, tal como a URSS era uma das poucas nações nas quais se veria mulheres pilotando, também já demonstrava ser exceção com alguns dos primeiros cursos universitários femininos, no fim do século XIX. Dado que as mesmas gerações conviviam em cerca de sessenta anos de transformações contundentes,

sabe-se que, se para um latino ou um africano, não era normal que mulheres estudassem em cursos superiores, na Rússia isso já não era totalmente estranho, quicá já estava consolidado. Por outro lado, não podemos também deixar de considerar que é curioso que o ponto positivo em relação à emancipação feminina a ter sido preservado tenha relação com o trabalho fabril, quando sabemos que a economia soviética e a produção de seus trabalhadores foi de tão intensa importância para o Estado.

De fato, por todas as décadas em que existiu a URSS e, seguramente, até os dias de hoje, a seguinte resolução do Congresso das Trabalhadoras e Campesinas (1927), que entrou em vigor dez anos após a Revolução Russa e é, em grande parte, fruto do trabalho das mulheres soviéticas – que ousaram ir às fábricas e demais ambientes antes estranhos a elas para mostrar, aos homens e a si próprias, o quanto podiam realizar – foi cumprida e significa, então, um dos legados da luta da emancipação feminina soviética e do departamento que as representava. Concluimos, assim, com um trecho dessas “Resoluções”:

O Congresso chama a atenção da massa de trabalhadoras para o problema da industrialização particularmente aguda e da defesa da URSS e levanta a questão da preparação da mão de obra qualificada feminina. O Congresso apela para as primeiras trabalhadoras para reforçar a iniciativa em elevar as habilidades de seu trabalho e aprender novas habilidades, que é uma base para um maior engajamento e retenção da mão de obra feminina na indústria transformadora, *particularmente nas dos ramos em que o trabalho das mulheres ainda é pouco ou não se aplica*. (Das resoluções, 1927)

Nessa citação, observamos a presença do intuito de realizar a transformação que, de fato, foi concretizada, mesmo após o fim do processo emancipatório e a dissolução do Jenotdel – o que podemos interpretar como um legado de ambos. Outro legado, acreditamos, é a própria história da tentativa de emancipação das soviéticas enquanto mulheres. Com ele, entendemos não só a não-naturalidade e a profunda possibilidade de transformação dos elementos da realidade, como a importância de considerar a existência da questão feminina e a importância do feminismo para que, por qualquer passo para trás, não percam as poucas, mas necessárias vitórias já conquistadas. Como mostram as condições femininas atuais de todo o mundo, nem na União Soviética, nem em lugar algum, a questão feminina já foi resolvida e, como mostra a história, desconsiderar isso é um risco para as mulheres.

Referência bibliográfica

- ARMSTRONG, B. *Was the life better or worse for women under Stalin?* Notes on women in Soviet USSR, 2012. Disponível em: <<https://historyrevision.files.wordpress.com/2012/03/was-life-better-or-worse-for-women-under-stalin.pdf>>.
- BERLIN, Isaiah. *Pensadores Russos*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- FOLHA de São Paulo. “Uma visita aos mais raros artefatos da era espacial soviética.”, set. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/09/1686434-uma-visita-aos-mais-raros-artefatos-da-era-espacial-sovietica.shtml>>
- GAMBLIN, Graham John. *Russian Populism and its relations with anarchism* (1870-1881). Birmingham: [s.e.], 1999.
- HUGUENIN, Ana Carolina. “O que fazer? Pais e filhos modernidade e revolução.”, *Revista Contemporânea*, Ano 3, Nº4, 2013, vol.2 On-line. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/3_O_que_fazer_Pais_e_filhos_modernidade_e_revolucao_2.pdf>. Acesso em 6 fev. 2016.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual* [1918]. Rio de Janeiro: Global, 1978.
- LENIN, Vladimir. “As tarefas do proletariado em nossa Revolução”, escrito de 10 a 23 de abril de 1917, publicado em brochura em setembro do mesmo ano. *Obras escolhidas*, T; II, p. 30, Edições em línguas estrangeiras, Moscou: [s.e.], 1947.
- MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” *In: A revolução antes da revolução*, volume II. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.207.
- NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Editora Sundermann, 2008
- ORR, Judith. “Z is for Zhenotdel.” *In: A-Z do socialismo*, [s.l.] setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.socialistreview.org.uk/article.php?article-number=10938>>. Acesso em 19 abr. 2016.
- SENNA, T. C. . “Jenotdel, a seção das mulheres do Partido Comunista soviético.” *In: X Semana de História Política da UERJ, 2015, Rio de Janeiro. Anais da X Semana de História Política da UERJ - Minorias étnicas, de gênero e religiosas*, 2015. pp. 2762-2770.
- STITES, Richard. *The women's liberation movement in Russia: Feminism, Nihilism, and Bolshevism, 1860-1930*. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- TCHERNICHÉVSKI, Nikolai. *O que fazer*. Trad. Angelo Segrillo. São Paulo: Editora Prismas, 2014.
- TROTSKY, Leon. *Da velha à nova família* [1ªed. Periódico Pravda, 1923] in Caderno Desafio nº 1 – A mulher e a família. São Paulo: Editora Desafio, 1994 (a)

_____. *A revolução traída*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

_____. *A Revolução Russa*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

VENTURI, Franco. *El populismo ruso*. Trad. Esther Benthez. Madri: Biblioteca de la Revista del Occidente, 1975. Tomos I e II.

VIANA, Marly. Entrevista. Entrevistadora: Thaiz Senna. Rio de Janeiro, 2015. (180 min) 2015.

VORONINA, Olga. *Feminizm i gendernoe ravenstvo*. (Feminismo, gênero e igualdade). Moscou: Editorial, 2003.

Artigo recebido em 17 de agosto de 2016

Artigo aprovado em 30 de novembro de 2016